

EMENDA Nº
(ao PLP 68/2024)

PROPOSTA DE EMENDA AO SUBSTITUTIVO CCJ DO PROJETO
DE LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 2024 – PLP 68/2024

EMENDA Nº

No Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024 – PLP 68/2024, introduzam-se as seguintes alterações, conforme segue:

a) dê-se nova redação ao § 3º do art. 59;

b) dê-se nova redação ao inciso III do caput do art. 2º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, como proposto pelo art. 513 do Projeto.

“Art. 59.....

.....

§ 3º O ambiente nacional de compartilhamento e integração das informações cadastrais e os cadastros referidos no § 1º do *caput* terão gestão compartilhada por meio do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM) de que trata o inciso III do *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....”

“Art. 513. A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

“Art.

2º.....



.....III - Comitê para Integração das Administrações Tributárias e Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM, vinculado ao Ministério da Fazenda e ao Comitê Gestor do IBS, composto paritariamente por representantes da União, Estados, Municípios e Distrito Federal e com participação dos demais órgãos de apoio e de registro, na forma definida em ato conjunto da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Comitê Gestor do IBS, para tratar dos atos cadastrais tributários e do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de Emenda objetiva, por um lado, ajustar a gestão e compartilhamento dos cadastros necessários à administração da CBS e do IBS, garantindo que as diretrizes e determinações no funcionamento desses cadastros e de suas regras de conformidade sejam avaliadas e implementadas sempre em conjunto entre o Comitê Gestor do IBS e a Administração Tributária da União, responsável pela CBS.

Essa alteração é fundamental para a administração do IBS e para a simplificação do sistema, visto que a correta identificação do consumidor é matéria relevante para Estados e Municípios, pois os cadastros têm participação determinante na destinação da arrecadação do IBS, circunstância que não se aplica a Administração Tributária da União com relação à CBS.

A Emenda Constitucional nº 132 reforçou diretrizes de compartilhamento de informações fiscais com o claro objetivo de evitar sobreposições de exigências aos contribuintes. Diante disso, corretamente o presente PLP endereça soluções integradas, prevendo o compartilhamento de informações.

Contudo, o comando constitucional também é claro no que diz respeito a sempre indicar nesses processos de integração a composição



compartilhada entre Comitê Gestor do IBS e Administração Tributária da União, garantindo a necessária simetria na administração de tributos de esferas federativas diversas, conforme se pode depreender dos §§ 6º e 7º do art. 156-B da Constituição Federal.

Por outro lado, a atual redação para a gestão compartilhada do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas, a ser conduzida pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), vinculado ao Simples Nacional, reproduz o desrespeito à paridade federativa que estrutura toda a organização do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

A composição atual do comitê, que atribui à União 4 (quatro) votos, aos Estados 2 (dois) votos e aos Municípios 2 (dois) votos, subverte a equidade entre os entes federativos, contrariando a ideia de um tratamento isonômico no processo decisório.

Nesse contexto, e em respeito à Constituição Federal e aos preceitos do Pacto Federativo, propomos que o texto seja alterado de forma a assegurar que a gestão do cadastro terá participação do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS, com a devida paridade entre União, Estados e Municípios, a fim de garantir uma gestão compartilhada mais justa, equilibrada e condizente com a realidade federativa.

SENADOR HAMILTON MOURÃO

REPUBLICANOS/RS

Sala das sessões, 11 de dezembro de 2024.

